

# Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2020 e 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</b>	<b>4</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>13</b>

# Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. (“Companhia”) relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A Companhia tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005.

Barcarena, 25 de março de 2021.

**A Administração.**



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Aos Administradores, Acionistas e Diretores da  
Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.  
Barcarena - PA**

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Convicon – Contêineres de Vila do Conde S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Convicon – Contêineres de Vila do Conde S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Reconhecimento de receita - *cut off*

Veja as Notas 3 (c) e 17 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Parte substancial das receitas de serviços da Companhia é proveniente de operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas, cuja transferência do serviço ocorre ao longo do tempo, ou seja à medida que a Companhia presta o respectivo serviço contratado e o cliente se beneficia dele.</p> <p>A Companhia efetua estimativa das receitas cuja transferência do serviço já tenha ocorrido, mas não tenha sido faturado, baseada em critérios definidos para cada contrato de serviços.</p> <p>Em função da complexidade e julgamento significativo inerente ao processo de determinação do momento de transferência de serviços de operações de cais, desembaraço aduaneiro e armazenagem, o reconhecimento da receita pode estar suscetível a erros na determinação de quando e por quanto o serviço foi prestado.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao processamento de receita;</li><li>(ii) avaliação do montante de receita estimada relativa a serviços já transferidos ao cliente dentro do período de competência;</li><li>(iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram todas as informações relevantes, em especial a divulgação das políticas contábeis da Companhia com relação ao reconhecimento de receita.</li></ul> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do reconhecimento de receita, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sintetizados, consideramos aceitável o reconhecimento de receita, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin

Contador CRC 1SP142133/O-7

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31.12.2020	31.12.2019	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2020	31.12.2019
<b>CIRCULANTES</b>				<b>CIRCULANTES</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	112.677	95.781	Empréstimos e financiamentos	11	5.722	4.283
Contas a receber	6	11.573	13.070	Debêntures	12	5.365	5.044
Estoques	7	2.610	2.477	Fornecedores		6.811	5.372
Ativo fiscal corrente	8	3.035	2.871	Salários e obrigações sociais		2.605	3.246
Outros ativos		479	508	Impostos e taxas		1.358	1.121
Total dos ativos circulantes		<u>130.374</u>	<u>114.707</u>	Imposto de renda e contribuição social a pagar		584	338
				Dividendos a pagar	4.d)	5.701	1.478
				Obrigações com poder concedente	14	1.818	1.123
				Arrendamento mercantil	15	933	3.564
				Outros passivos	4.a)	179	125
				Total dos passivos circulantes		<u>31.076</u>	<u>25.694</u>
<b>NÃO CIRCULANTES</b>				<b>NÃO CIRCULANTES</b>			
Depósitos judiciais	13	2.244	2.356	Empréstimos e financiamentos	11	12.955	13.499
Ativo fiscal diferido	21.b)	6.262	10.178	Debêntures	12	50.634	53.442
Outros ativos		15	7	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	13	725	759
Imobilizado	9	17.232	14.916	Passivos atuariais - assistência médica complementar	23	2.806	2.851
Intangível	10	77.701	69.883	Obrigações com poder concedente	14	27.414	21.010
Total dos ativos não circulantes		<u>103.454</u>	<u>97.340</u>	Arrendamento mercantil	15	-	933
				Total dos passivos não circulantes		<u>94.534</u>	<u>92.494</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	16.a)	90.069	90.069
				Reserva de capital	16.b)	83	83
				Reserva de lucros	16.c)	1.512	311
				Prejuízos acumulados	16.d)	-	-
				Dividendo adicional proposto	16.d)	17.104	4.435
				Ajuste de avaliação patrimonial	16.e)	(550)	(1.039)
				Total do patrimônio líquido		<u>108.218</u>	<u>93.859</u>
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>		<u><u>233.828</u></u>	<u><u>212.047</u></u>	<b>TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMONIO LIQUIDO</b>		<u><u>233.828</u></u>	<u><u>212.047</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
RECEITA LÍQUIDA	17	120.007	105.929
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(69.275)	(62.603)
LUCRO BRUTO		<u>50.732</u>	<u>43.326</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas com vendas	18	(871)	(901)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	18	54	(853)
Despesas gerais e administrativas	18	(4.365)	(2.752)
Outras receitas operacionais	19	2.351	2.191
Outras despesas operacionais	19	(147)	(27)
Total		<u>(2.978)</u>	<u>(2.342)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>47.754</u>	<u>40.984</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	3.236	4.340
Despesas financeiras	20	(14.757)	(5.645)
Total do resultado financeiro		<u>(11.521)</u>	<u>(1.305)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>36.233</u>	<u>39.679</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social - correntes	21.a)	(8.564)	(9.264)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21.a)	(3.663)	(4.131)
Total do imposto de renda e da contribuição social		<u>(12.227)</u>	<u>(13.395)</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>24.006</u>	<u>26.284</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$			
Ordinária	22	<u>0,26653</u>	<u>0,29182</u>
Preferencial	22	<u>0,26653</u>	<u>0,29182</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	Nota explicativa	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO DO EXERCÍCIO		24.006	26.284
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
Assistência médica complementar	23	741	(1.463)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda - assistência médica complementar	23	(252)	498
Total assistência médica complementar	23	489	(965)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>24.495</u>	<u>25.319</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Plano de opção de compra de ações	Reserva de lucro Legal	Dividendo adicional proposto	Lucro / (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		90.069	83	-	-	(20.060)	(74)	70.018
Passivo atuarial - despesas médicas	23	-	-	-	-	-	(965)	(965)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	26.284	-	26.284
Destinação do lucro:								
Reserva legal	16.c)	-	-	311	-	(311)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d)	-	-	-	-	(1.478)	-	(1.478)
Dividendo adicional proposto	16.d)	-	-	-	4.435	(4.435)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		90.069	83	311	4.435	-	(1.039)	93.859
Dividendos pagos		-	-	-	(4.435)	-	-	(4.435)
Passivo atuarial - despesas médicas	23	-	-	-	-	-	489	489
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.006	-	24.006
Destinação do lucro:								
Reserva legal	16.c)	-	-	1.201	-	(1.201)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.d)	-	-	-	-	(5.701)	-	(5.701)
Dividendo adicional proposto	16.d)	-	-	-	17.104	(17.104)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		90.069	83	1.512	17.104	-	(550)	108.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2020	31.12.2019
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social	36.233	39.679
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Variações monetárias, cambiais e derivativos	8.590	694
Depreciações e amortizações	9.843	6.313
Reversão de provisão para contingências	661	(233)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	(54)	853
Baixas e resultado na venda de ativos permanentes	(1.870)	3
Assistência médica complementar	696	310
Juros sobre debêntures apropriados	2.665	201
Juros sobre empréstimos apropriados	904	533
Juros sobre obrigações com poder concedente	1.272	1.316
Juros sobre arrendamento mercantil	186	303
	<u>59.126</u>	<u>49.972</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	1.551	(255)
Estoques	(133)	(245)
Ativo fiscal corrente	(164)	(2.800)
Depósitos judiciais	112	(160)
Outros ativos	21	(309)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.439	3
Salários e obrigações sociais	(641)	889
Impostos, taxas e contribuições	237	(21)
Outros passivos	55	31
	<u>61.603</u>	<u>47.105</u>
Pagamentos obrigações com o poder concedente	(2.495)	(1.883)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.318)	(9.551)
Baixa de contingências por pagamento	(695)	(307)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>50.095</u>	<u>35.364</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de bens do imobilizado	(7.562)	(4.487)
Recursos provenientes de alienação de bens do imobilizado	2.169	-
Aumento do ativo intangível	(4.392)	(9.000)
Juros sobre empréstimos capitalizados	-	323
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(9.785)</u>	<u>(13.164)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos captados	(302)	57.995
Pagamentos de empréstimos	(10.205)	(4.227)
Dividendos pagos	(5.913)	-
Juros pagos por debêntures / empréstimos	(3.244)	(899)
Pagamentos arrendamento mercantil	(3.750)	(2.812)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(23.414)</u>	<u>50.057</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><u>16.896</u></u>	<u><u>72.257</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	95.781	23.524
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	112.677	95.781
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><u>16.896</u></u>	<u><u>72.257</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

#### a) Informações gerais

A Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. (“Companhia”) tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, sede da Companhia, desde maio de 2005, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 02 do Contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

Em 16 de novembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre a Companhia e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (“MTPAC”), com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da Companhia Docas do Pará (“CDP”), cujo objeto foi à prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033.

A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o capital social, entretanto, a controladora final da Companhia é a Santos Brasil Participações S.A.

#### b) Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração com a Companhia Docas do Pará - CDP

A Companhia tem o compromisso de pavimentar, cercar e iluminar pelo menos 20.000 m<sup>2</sup> do lote A e adquirir equipamentos necessários para torná-lo apto à movimentação de, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do Contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração do Terminal, a Companhia está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$32,50 por contêiner cheio movimentado, R\$6,50 por contêiner vazio movimentado e R\$3,25 por movimentação de carga unitizada por tonelada. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento, *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do Porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato.

A Companhia tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Terminal ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas mensais de aluguel e arrendamento operacional, acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Em razão do Oitavo Aditamento ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2020 foram no montante de R\$67.924 (R\$56.942 em 31 de dezembro de 2019).

### Coronavírus (COVID-19)

Desde o início do período de quarentena no país em março de 2020, a Companhia mantém medidas em diversas esferas para enfrentar os efeitos da COVID-19, sendo a preservação da saúde dos seus funcionários e demais *stakeholders* a mais importante. A Companhia reitera que as ações e decisões estratégicas já tomadas e aquelas em curso suplantam o objetivo de mitigar os impactos causados pela pandemia no âmbito operacional e financeiro, buscando também combater e minimizar seus efeitos nas pessoas com quem a Companhia se relaciona, incluindo funcionários, clientes, fornecedores e demais parceiros.

Internamente, as ações tomadas pela Companhia envolvendo seus funcionários foram baseadas em quatro pilares: higiene, distanciamento, testes e isolamento.

No que tange as ações diretamente relacionadas aos negócios da Companhia, a Administração manteve ao longo do ano frentes de trabalho iniciadas no 2º trimestre de 2020 com o objetivo de buscar novas fontes de receita, controlar e reduzir custos e despesas e revisar o plano de investimentos, priorizando a continuidade dos projetos estratégicos. Na receita, a busca é pela diversificação do negócio e aumento no *share-of-wallet* na cadeia de valor dos clientes, através das seguintes ações comerciais: (i) aumento de atividades de DEPOT (serviço de reparos e manutenção de contêineres) para clientes armadores; e (ii) captação de carga de projeto.

Quanto às ações para redução de custos e despesas, com a premissa de aumentar a eficiência operacional e administrativa, a Companhia busca continuar obtendo economias através das seguintes medidas e resultados: (i) renegociação e revisão de escopo de contratos com fornecedores; (ii) corte de despesas administrativas com viagens, ocupação de espaço, marketing entre outros; (iii) queda do consumo de combustível devido ao aumento da eficiência operacional; (iv) otimização das revisões preventivas dos equipamentos em função da desaceleração dos volumes operados; e (v) queda dos custos variáveis devido ao menor volume operado (i.e. energia elétrica, despesas de agenciamento, mão-de-obra avulsa e transporte-carreto).

Com relação à continuidade operacional, a preservação e fortalecimento do caixa continuou sendo principal foco das ações realizadas, com a gestão do capital de giro através do aumento do prazo médio de pagamento e controle dos recebimentos da inadimplência, bem como o diferimento e suspensão de tributos e a substituição de depósitos judiciais por outras garantias.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as operações da Companhia seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações.

Não foram identificadas condições que justificassem a constituição de provisão para perdas ao valor recuperável nos ativos, principalmente, relacionado à recuperabilidade do ativo imobilizado, intangível e realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6 – provisão para perdas de crédito esperada;
- Notas explicativas nº 9 e 10 – vida útil dos ativos;
- Nota explicativa nº 13 – reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 21 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos;
- Nota explicativa nº 23 – mensuração e principais premissas de passivos atuariais - assistência médica complementar.

### ***Mensuração do valor justo***

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC's, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“*inputs*”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“*inputs*” não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 24 – Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

#### d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecido nos balanços patrimoniais.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### a) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação.

#### b) Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais e armazenagem alfandegada. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio, ou seja, transferência do controle pelo cumprimento da obrigação de desempenho. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. Os preços são formados mediante acordo com os clientes e em sua grande maioria formalizados em contratos. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembarço aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada, nos casos em que as cargas permaneçam armazenadas excedendo um mês de sua data de entrada, a receita é reconhecida dentro do mês com valores estimados.

#### c) Instrumentos financeiros

##### ***Reconhecimento e mensuração inicial***

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornou parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

##### ***Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (“ORA”). Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:*

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

*Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio*

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

***Desreconhecimento***

*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

### *Passivos financeiros*

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### ***Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### ***Capital social – Ações ordinárias e preferenciais***

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo.

#### d) Ajuste a valor presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores há 60 dias.

#### e) Estoques

Os estoques, representados, principalmente, por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exerce o valor de mercado.

#### f) Imobilizado

### ***Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando necessário.

Os equipamentos de carga apresentados no imobilizado são equipamentos não reversíveis ao final do contrato de arrendamento.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### ***Custos subsequentes***

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

### ***Depreciação***

Reconhecida no resultado com base no método linear quanto às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for o mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade no fim do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## **g) Ativos intangíveis**

### ***Direito de exploração***

O direito de exploração é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo, na rubrica “Obrigações com poder concedente”.

### ***Outros ativos intangíveis***

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

### ***Gastos subsequentes***

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

## *Amortização*

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Os contratos de concessão são amortizados pelo período que for o mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade no fim do prazo do arrendamento. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 10.

### h) Ativos arrendados

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

#### ***Arrendamentos de ativos de baixo valor***

A Companhia opta por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Em 07 de julho de 2020, a Deliberação CVM nº 859 aprovou a revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19.

A Companhia concluiu que a revisão da norma não apresenta impacto em suas demonstrações contábeis.

i) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

***Ativos financeiros não derivativos***

*Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”:

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

#### *Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com

relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### ***Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### j) Benefícios a empregados

### ***Benefícios de término de vínculo empregatício***

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por

demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.

### ***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

### ***Assistência médica complementar***

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 23.

#### **k) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

#### **l) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

#### **m) Imposto de renda e contribuição social**

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações contábeis e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

n) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. A Companhia não possui nenhum instrumento diluidor de seu resultado.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

p) IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

q) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25 / IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48 / IFRS 9, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 / IFRS 7, CPC 11 / IFRS 4 e CPC 06 / IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48 / IFRS 9, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 / IFRS 7, CPC 11 / IFRS 4 e CPC 06 / IFRS 16 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de *hedge*.

(i) *Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa:*

As alterações exigirão que a Companhia contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

*Contabilidade de hedge:*

As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de *hedge* nas seguintes áreas:

- Permitir a alteração da designação de uma relação de *hedge* para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma;
- Quando um item objeto de *hedge* em um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge* de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de *hedge* estão determinados;
- Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de *hedge* e um item do grupo são alterados para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de *hedge* são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de *hedge*;
- Se uma Companhia espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não têm *hedges* de fluxo de caixa do risco LIBOR.

*(ii) Divulgação*

As alterações exigirão que a Companhia divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.

*(iii) Transição*

A Companhia planeja aplicar as alterações a partir de 1º de janeiro de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06 / IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27 / IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15 / IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26 / IAS 1).

#### 4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

##### a) Contas correntes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia tinha registrado na rubrica “Outros passivos” valores referentes ao rateio de despesas com serviços administrativos compartilhados.

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
<u>Passivo circulante:</u>		
Santos Brasil Participações S.A.	<u>179</u>	<u>125</u>

##### b) Remuneração do pessoal-chave

A remuneração do pessoal-chave da Diretoria compreende benefícios de curto prazo de R\$78 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$69 em 31 de dezembro de 2019).

##### c) Benefícios a colaboradores

A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e vale-refeição. Em 31 de dezembro de 2020, esses benefícios representaram a aplicação de R\$4.823 (R\$5.160 em 31 de dezembro de 2019), correspondentes a 4,02% e 4,87%, respectivamente, de sua receita operacional líquida.

##### d) Dividendos a pagar

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar:		
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	<u>5.701</u>	<u>1.478</u>

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E NATUREZA DAS APLICAÇÕES

##### a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Caixa e saldo em bancos	223	272
Aplicações financeiras	<u>112.454</u>	<u>95.509</u>
Total	<u>112.677</u>	<u>95.781</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

	Taxas médias -		31.12.2020	31.12.2019
	% CDI	Vencimento		
Fundos de investimento (*)	49,67	Indeterminado	-	95.509
Cédula de depósito bancário - CDB	102,50	08.04.2021	93.580	-
	102,00	19.04.2021	10.188	-
	99,50	30.09.2021	7.435	-
	99,25	02.08.2021	1.251	-
Total			<u>112.454</u>	<u>95.509</u>

(\*) Fundo não exclusivo

As aplicações financeiras de curto prazo, consideradas como equivalentes de caixa possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2020 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O “Caixa e Equivalentes de Caixa” são mantidos com bancos de 1ª linha que possuem rating AAA, baseado na agência de *rating* S&P (*Standard & Poor's*).

Em meio às incertezas causadas pela disseminação do Covid-19, os impactos econômicos globais estão gerando muita volatilidade no mercado, impactando o desempenho dos ativos de crédito privado no mercado local.

A aversão a risco em torno desse evento tem causado abertura de spreads no mercado, que combinada com uma baixa liquidez no mercado secundário, trouxe marcações negativas aos fundos de crédito. Até mesmo os Fundos Referenciados DI com crédito privado, indicados para clientes com perfil conservador, tiveram fortes impactos em suas cotas e rentabilidades.

Com o objetivo de minimizar esses impactos, no início de abril a Companhia migrou os recursos alocados em fundos de investimento para Certificado de Depósito Bancário - CDB.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2020	31.12.2019
Circulante:		
No País	11.448	12.866
A Faturar	519	631
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(394)	(427)
Total	<u>11.573</u>	<u>13.070</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Créditos a vencer	9.403	6.986
Créditos em atraso até 60 dias	1.077	4.263
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	65	530
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	327	949
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	294	267
Créditos em atraso há mais de 361 dias	801	502
Total	<u>11.967</u>	<u>13.497</u>

#### Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão.

Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de crédito esperadas e os títulos baixados ao resultado:

Saldo em 31.12.2019	427
Adições, líquida de reversões	(54)
Baixas	21
Saldo em 31.12.2020	<u>394</u>

Saldo em 31.12.2018	500
Adições, líquida de reversões	853
Baixas	(926)
Saldo em 31.12.2019	<u>427</u>

## 7. ESTOQUES

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Material de manutenção	2.363	2.231
Material administrativo	53	52
Material de segurança	69	95
Outros	125	99
Total	<u>2.610</u>	<u>2.477</u>

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

## 8. ATIVO FISCAL CORRENTE

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	16
ISS a compensar Lei complementar nº 443 / 2001	151	36
Créditos de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.895	1.850
Crédito a recuperar de Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização - FUNDAF	989	969
Total	<u>3.035</u>	<u>2.871</u>

Os créditos de ISS, no montante de R\$151 (R\$36 em 31 de dezembro de 2019), são decorrentes de créditos sobre o faturamento.

Os créditos de PIS e COFINS, no montante de R\$1.895 (R\$1.850 em 31 de dezembro de 2019), referiam-se ao mandado de segurança impetrado no intuito de excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi considerado procedente, gerando o direito creditório, referente ao período de outubro de 2012 a dezembro de 2019. Tais créditos estão sendo compensados nas apurações mensais das próprias contribuições.

A Companhia entende que os créditos de PIS e COFINS sobre seus insumos são mensurados de forma confiável e reconhecidos por direito na melhor interpretação da legislação vigente, ou seja, somente despesas que sejam essenciais ou relevantes para as suas atividades, inclusive amparado por seus assessores jurídicos externos.

Os créditos de FUNDAF, no montante de R\$989 (R\$969 em 31 de dezembro de 2019), referiam-se, a recolhimento indevido, conforme artigo 6º do Decreto-Lei nº 1437/75, decorrentes de pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a abril de 2017.

## 9. IMOBILIZADO

	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Direito de uso - Aluguéis	Outros itens	Total
Taxa de depreciação (%)	12,6	-	20	10	10	20	-	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	4.003	40.130	26	84	92	-	-	-	44.335
Movimentações									
Aquisições / transferências	4.569	(424)	233	57	30	-	7.006	22	11.493
Baixas	(3)	-	-	-	-	-	-	-	(3)
Reclassificações (**)	-	(37.392)	-	-	-	-	-	-	(37.392)
Depreciações	(841)	-	(19)	(13)	(14)	-	(2.627)	(3)	(3.517)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	7.728	2.314	240	128	108	-	4.379	19	14.916
Saldos em 31 de dezembro de 2019									
Custo	14.530	2.314	1.509	4.397	793	188	7.006	39	30.776
Depreciação acumulada	(6.802)	-	(1.269)	(4.269)	(685)	(188)	(2.627)	(20)	(15.860)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	7.728	2.314	240	128	108	-	4.379	19	14.916
Taxa de depreciação (%)	11,1	-	20	10	10	20	-	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	7.728	2.314	240	128	108	-	4.379	19	14.916
Movimentações									
Aquisições / transferências	4.947	1.376	1.199	11	29	-	-	-	7.562
Reclassificações (**)	-	(417)	-	-	-	-	-	-	(417)
Depreciações	(1.080)	-	(211)	(14)	(16)	-	(3.504)	(4)	(4.829)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	11.595	3.273	1.228	125	121	-	875	15	17.232
Saldos em 31 de dezembro de 2020									
Custo	19.348	3.273	2.709	4.408	822	188	7.005	39	37.792
Depreciação acumulada	(7.753)	-	(1.481)	(4.283)	(701)	(188)	(6.130)	(24)	(20.560)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	11.595	3.273	1.228	125	121	-	875	15	17.232

(\*) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(\*\*) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

Em 31 de dezembro de 2019, tínhamos o montante de R\$323, com taxa média de juros de 3,02% a.a., referente aos financiamentos diretamente atribuíveis a essas imobilizações.

## 10. INTANGÍVEL

	Vida útil definida			Total
	Direito de exploração	Softwares Sistema de processamento de dados	Outros intangíveis Intangível em andamento	
Taxa de amortização (%)	7,4	20	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	17.355	31	-	17.386
Movimentações				
Aquisições / transferências	8.901	-	9.000	17.901
Reclassificações (*)	36.941	236	215	37.392
Amortizações	(2.776)	(20)	-	(2.796)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	60.421	247	9.215	69.883
Saldos em 31 de dezembro de 2019				
Custo	103.659	641	9.215	113.515
Amortização acumulada	(43.238)	(394)	-	(43.632)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	60.421	247	9.215	69.883
Taxa de amortização (%)	7,0	20	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	60.421	247	9.215	69.883
Movimentações				
Aquisições / transferências	8.735	-	3.979	12.714
Baixas	(299)	-	-	(299)
Reclassificações (*)	261	156	-	417
Amortizações	(4.940)	(74)	-	(5.014)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	64.178	329	13.194	77.701
Saldos em 31 de dezembro de 2020				
Custo	106.816	797	13.194	120.807
Amortização acumulada	(42.638)	(468)	-	(43.106)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	64.178	329	13.194	77.701

(\*) Reclassificações do imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2020, foi efetuado teste de recuperação, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC considerando o orçamento anual para o exercício de 2021 e o planejamento de longo prazo até 2033, elaborado para a Companhia, com as seguintes premissas mais relevantes:

- De maneira conservadora, não foram considerados crescimentos nos volumes de movimentação de contêineres para os próximos 5 anos.
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos.
- Na data-base de 31 de dezembro de 2020 foi tomado o montante dos ativos operacionais.

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (“*Weighted Average Cost of Capital – WACC*”) em que a UGC opera, sendo 7,48% em 31 de dezembro de 2020 (5,91% em 31 de dezembro de 2019).

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas até o término do contrato de concessão (2033).

O valor recuperável estimado UGC é superior ao valor dos ativos operacionais em 31 de dezembro de 2020. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas/utilizadas para o cálculo.

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros	Atualizações	Amortização	31.12.2020	31.12.2019	Moeda da transação
Moeda nacional:						
FINAME	TLP + 4,60% a.a.	UMSELIC	Mensal	1.403	2.011	R\$
				<u>1.403</u>	<u>2.011</u>	
Moeda estrangeira:						
FINIMP (*)	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	17.274	15.771	€
				<u>17.274</u>	<u>15.771</u>	
Total				<u>18.677</u>	<u>17.782</u>	
(-) Parcelas de curto prazo				(5.722)	(4.283)	
Parcelas de longo prazo				12.955	13.499	

(\*) FINIMP possui *covenants*.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	17.782	21.648
Juros e custos apropriados	904	533
Juros capitalizados	-	323
Var. monetária e cambial	5.979	404
(-) Amortização da dívida	(5.107)	(4.227)
(-) Juros pagos (*)	(881)	(899)
Saldo final	<u>18.677</u>	<u>17.782</u>

(\*) Os juros pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Financiamentos”.

O FINIMP da Companhia possui *covenants*, a ser apurado anualmente decorrente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, cujo quociente deverá ser igual ou inferior a 2,5 (vezes), tendo por base as Demonstrações Contábeis Consolidadas auditadas da sua controladora indireta Santos Brasil Participações S.A. (“Santos Brasil”).

Santos Brasil  
Participações S.A.  
31.12.2020

Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	643.861
Aplicações financeiras	426.598
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	78.819
Debêntures	354.375
Arrendamento mercantil	42.357
Dívida líquida	(594.908)
EBITDA (LAJIDA)	211.894
Dívida líquida / EBITDA (LAJIDA) igual ou inferior a 2,5 vezes	(2,8)

Garantias

• Garantias concedidas

	Vencimento	Moeda	Garantias
FINAME	Fevereiro/23	R\$	Equipamento objeto da transação <sup>(a)</sup>
FINAME	Abril/23	R\$	Equipamento objeto da transação <sup>(a)</sup>

(a) Conforme nota explicativa nº 9.

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias.

• Garantias obtidas

Na data-base 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	2022	2023	2024	Total
FINAME	622	151	-	773
FINIMP	4.873	4.873	2.436	12.182
Total	<u>5.495</u>	<u>5.024</u>	<u>2.436</u>	<u>12.955</u>

## 12. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	31.12.2020	31.12.2019
Debêntures:	4,20% a.a.	IPCA	Semestral	<u>55.999</u>	<u>58.486</u>
(-) Parcelas de curto prazo				(5.365)	(5.044)
Parcelas de longo prazo				50.634	53.442

- (a) Em 25 de outubro de 2019, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controladora indireta Santos Brasil deliberou a concessão de garantia para essa emissão. A operação foi liquidada em 03 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais das Debêntures:

Série	Vencimento	Taxa final	Volume Alocado (R\$)
Série única	17 de novembro de 2031	IPCA + 4,20% a.a.	60.000

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Saldo inicial	<u>58.486</u>	-
Captação	-	60.000
(-) Custo das captações	(302)	(2.005)
Valor líquido captado	<u>58.184</u>	<u>57.995</u>
Juros e custos apropriados	2.665	201
Variação monetária sobre principal	2.611	290
(-) Amortização da dívida	(5.098)	-
(-) Juros pagos	(2.363)	-
Saldo final	<u><u>55.999</u></u>	<u><u>58.486</u></u>

(\*) Os juros pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Financiamentos”.

Com base na cláusula 7.1.2, inciso II, da Escritura da Primeira Emissão da Convicon, a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Demonstrações Contábeis Consolidadas da sua controladora Santos Brasil.

Em 31 de dezembro de 2020 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	Santos Brasil Participações S.A. 31.12.2020
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	643.861
Aplicações financeiras	426.598
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	78.819
Debêntures	354.375
Arrendamento mercantil	42.357
Dívida líquida	(594.908)
EBITDA ajustado (*)	140.283
Dívida líquida / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,0 vezes	(4,2)

(\*) Para fins de apuração do índice financeiro, "EBITDA ajustado" significa, com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da sua controladora indireta Santos Brasil relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado de EBITDA menos os pagamentos sobre obrigações com poder concedente (demonstração do fluxo de caixa) referente às parcelas fixa e variável mínima dos contratos de arrendamento.

### 13. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações contábeis, em virtude de serem considerados como de chance de perda provável. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Provisão trabalhista (a)	129	152
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	193	189
Outros processos	403	418
Total	<u>725</u>	<u>759</u>

Os valores depositados judicialmente relativos às contingências em discussão judicial eram:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Processos trabalhistas (a)	20	40
Processo FAP (b)	66	65
	<u>86</u>	<u>105</u>
Outros depósitos judiciais (c)	2.158	2.251
Total	<u>2.244</u>	<u>2.356</u>

- (a) Referem-se a processos de responsabilidade da Companhia provisionados no montante de R\$129, para os quais existem depósitos judiciais de R\$20 e 3 seguros garantia no montante de R\$2.387.
- (b) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos, no montante de R\$66. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011, visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.
- (c) Referem-se, a outros processos trabalhistas, no montante de R\$573, outros depósitos nas esferas tributária e cível, no montante de R\$1.578 e a bloqueios judiciais, no montante de R\$7.

A movimentação das provisões para contingências, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2020 e de 2019, está demonstrada nos quadros a seguir:

	Saldo em 31.12.2019	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2020
Provisão trabalhista	152	-	(683)	660	129
Provisão para FAP	189	4	-	-	193
Outros processos	418	-	(12)	(3)	403
Total	759	4	(695)	657	725

	Saldo em 31.12.2018	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2019
Provisão trabalhista	694	44	(295)	(291)	152
Provisão para FAP	257	32	-	(100)	189
Outros processos	348	62	(12)	20	418
Total	1.299	138	(307)	(371)	759

(\*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativa.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia possui processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$6.378 (R\$4.010 em 31 de dezembro de 2019), nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações contábeis.

## 14. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

A Companhia reconhece no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), sendo trazidas a valor presente na data inicial do contrato de arrendamento.

	Saldo contábil 31.12.2019	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2020
Arrendamento	11.483	641	3.873	(1.256)	14.741
MMC	10.650	631	4.449	(1.239)	14.491
Obrigações com poder concedente	<u>22.133</u>	<u>1.272</u>	<u>8.322</u>	<u>(2.495)</u>	<u>29.232</u>
(-) Curto prazo	(1.123)				(1.818)
Longo prazo	21.010				27.414

(\*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 10.

	Saldo contábil 31.12.2018	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2019
Arrendamento	6.959	663	4.776	(915)	11.483
MMC	6.840	653	4.125	(968)	10.650
Obrigações com poder concedente	<u>13.799</u>	<u>1.316</u>	<u>8.901</u>	<u>(1.883)</u>	<u>22.133</u>
(-) Curto prazo	(440)				(1.123)
Longo prazo	13.359				21.010

(\*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 10.

Em 31 de dezembro de 2020, o compromisso com poder concedente de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

2022	2023	2024	2025 - 2033	Total
<u>1.872</u>	<u>1.933</u>	<u>1.999</u>	<u>21.610</u>	<u>27.414</u>

## 15. ARRENDAMENTO MERCANTIL

### Arrendamento - Aluguéis

<u>Direito de uso (Ativo)</u>	Adoção inicial 31.12.2019	Adições / Baixas	Depreciação	Saldo contábil 31.12.2020
Máquinas e equipamentos	4.379	-	(3.504)	875
Total do ativo	<u>4.379</u>	<u>-</u>	<u>(3.504)</u>	<u>875</u>

<u>Direito de uso (Ativo)</u>	Adoção inicial 01.01.2019	Adições / Baixas	Depreciação	Saldo contábil 31.12.2019
Máquinas e equipamentos	-	7.006	(2.627)	4.379
Total do ativo	-	7.006	(2.627)	4.379

<u>Arrendamentos (Passivo)</u>	Adoção inicial 31.12.2019	Adições	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2020
Máquinas e equipamentos	4.497	-	186	(3.750)	933
Total do passivo	4.497	-	186	(3.750)	933
(-) Curto prazo	(3.564)				(933)
Longo prazo	933				-

<u>Arrendamentos (Passivo)</u>	Adoção inicial 01.01.2019	Adições	Juros apropriados	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2019
Máquinas e equipamentos	-	7.006	303	(2.812)	4.497
Total do passivo	-	7.006	303	(2.812)	4.497
(-) Curto prazo	-				(3.564)
Longo prazo	-				933

(\*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

Em 1º de abril de 2019, a Companhia assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel de um guindaste móvel de cais (MHC), que possui vencimento em março de 2021, utilizando a taxa de desconto de 7,47% a.a.

A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de 7,47% ao ano para contratos com vencimento de até 5 anos, foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia.

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	31.12.2020		31.12.2019	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	938	933	4.688	4.497
PIS / COFINS potencial (9,25%)	87	86	434	416

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Emitidas / autorizadas sem valor nominal	45.034.292	45.034.292	45.034.292	45.034.292

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia era de R\$90.069, representado por 45.034.292 ações ordinárias e 45.034.292 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto e terão prioridade na distribuição do dividendo a ser distribuído.

### b) Reserva de capital

#### Plano de opção de compra de ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, no montante de R\$83 em 31 de dezembro de 2020 (R\$83 em 31 de dezembro de 2019), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

### c) Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

A seguir, a demonstração da remuneração aos acionistas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

		31.12.2020
Lucro líquido do exercício		24.006
Constituição da reserva legal	5%	(1.201)
Lucro líquido ajustado		22.805
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	5.701
Remuneração aos acionistas:		
Dividendos mínimos obrigatórios		5.701
Dividendos complementares propostos		17.104
Remuneração bruta aos acionistas	100%	22.805

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 23), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

17. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Receita bruta	135.004	119.551
Operações Portuárias	76.945	78.704
Armazenagem Alfandegada	50.984	36.122
Carga Geral	7.075	4.725
Deduções da receita:		
Impostos sobre serviços	(14.086)	(12.175)
Outras	(911)	(1.447)
Total	<u>120.007</u>	<u>105.929</u>

18. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Mão de obra avulsa	(318)	(151)
Taxas - Companhia Docas	(6.515)	(5.325)
Energia elétrica	(1.985)	(1.920)
Combustíveis e lubrificantes	(4.017)	(4.410)
Fretes	(147)	(11)
Outros serviços e materiais	(300)	(357)
Despesas com pessoal	(31.040)	(32.076)
Locação de equipamentos	(2.415)	(2.743)
Consultoria, assessoria e auditoria	(734)	(555)
Manutenção operacional	(6.654)	(6.002)
Outros serviços	(2.125)	(1.831)
Depreciação e amortização	(9.843)	(6.313)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	54	(853)
Processos trabalhistas - avulsos	5	568
Processos trabalhistas - terceiros e outros	28	(16)
Despesas compartilhadas	(2.795)	(1.740)
Outras despesas	(5.656)	(3.374)
Total	<u>(74.457)</u>	<u>(67.109)</u>

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Classificadas como:		
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(69.275)	(62.603)
Despesas com vendas	(871)	(901)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	54	(853)
Despesas gerais e administrativas	(4.365)	(2.752)
Total	<u>(74.457)</u>	<u>(67.109)</u>

#### 19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Outras receitas operacionais:		
Correção de depósitos judiciais	1	2
Correção de crédito a recuperar - FUNDAF	20	270
Ganho na venda de ativos	1.870	-
Receita com depósitos não identificados	90	50
Recuperação de INSS - Folha de Pagamento	223	-
Recuperação de PIS / COFINS extemporâneo	45	1.850
Outras receitas	102	19
Total	<u>2.351</u>	<u>2.191</u>
Outras despesas operacionais:		
Baixa e perdas na venda de ativos	-	(3)
Correção de provisões	(4)	(10)
Custo na venda de materiais de estoque	(130)	-
ISS sobre vendas canceladas	(13)	(14)
Total	<u>(147)</u>	<u>(27)</u>

#### 20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	2.131	1.821
Variações monetárias e cambiais ativas	932	2.349
Juros	161	130
Outras receitas	12	40
Total	<u>3.236</u>	<u>4.340</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures e empréstimos	(3.569)	(734)
Despesas bancárias	(119)	(245)
Variações monetárias e cambiais passivas	(9.522)	(3.043)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(3)	(2)
Juros sobre obrigações com poder concedente	(1.272)	(1.316)
Juros sobre arrendamento mercantil	(186)	(303)
Outras despesas	(86)	(2)
Total	<u>(14.757)</u>	<u>(5.645)</u>

## 21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro antes da tributação	36.233	39.679
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	(12.295)	13.467
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(8.696)	9.523
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(3.599)	3.944
II - Efeitos das adições permanentes de despesas e receitas	(204)	227
Adições permanentes:		
Contribuições a entidades de classe	(138)	128
Outras	(66)	99
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	272	(299)
Incentivos fiscais	272	(299)
IV - Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(12.227)	13.395
Alíquota efetiva	33,7%	33,8%
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado	(12.227)	13.395
IRPJ e CSLL - correntes	(8.564)	9.264
IRPJ e CSLL - diferidos	(3.663)	4.131
Total	(12.227)	13.395

### b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

<u>Ativo</u>	31.12.2020			31.12.2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	4.017	1.446	5.463	6.809	2.451	9.260
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	98	35	133	107	38	145
Provisão para contingências	81	29	110	90	32	122
Depreciação	(591)	(213)	(804)	(558)	(201)	(759)
Obrigações com poder concedente	378	136	514	291	105	396
Outros	413	150	563	351	127	478
Perdas atuariais	208	75	283	394	142	536
Total	4.604	1.658	6.262	7.484	2.694	10.178

## 22. RESULTADO POR AÇÃO

### Lucro básico e diluído por ação

Os lucros por ação básico e diluído foram calculados com base no lucro da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e na respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.12.2020			31.12.2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro do exercício	12.003	12.003	24.006	13.142	13.142	26.284
Quantidades de ações	45.034.292	45.034.292	90.068.584	45.034.292	45.034.292	90.068.584
Resultado por ação básico e diluído	0,26653	0,26653	0,26653	0,29182	0,29182	0,29182

## 23. PASSIVOS ATUARIAIS - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados, determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda, tiveram como premissas básicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pela Ernst & Young Serviços Atuariais S/S:

<u>Hipóteses</u>	31.12.2020	31.12.2019
<u>Hipóteses econômicas:</u>		
Taxa de Desconto	3,80% a.a.	3,38% a.a.
Inflação Econômica	3,25% a.a.	3,50% a.a.
Inflação Médica (“HCCTR”)	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade (“Aging Factor”)	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica

<u>Hipóteses biométricas:</u>		
Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	5%	5%
Idade de Entrada em Aposentadoria	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	39,53%	40%

### Outras hipóteses

Composição Familiar	<u>Participantes Ativos</u>	<u>Participantes Ativos</u>
	72,81% Casados	90% Casados
Diferença de Idade Titular:	Masculino - 4 anos mais novo	Esposa - 4 anos
	e Feminino - 2 anos mais velho	<u>Participantes Assistidos</u>
	<u>Participantes Assistidos</u>	Família Real
	Família Real	

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia registrou provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	31.12.2020	31.12.2019
Valor presente das obrigações atuariais	696	310
Perdas atuariais calculadas	2.110	2.541
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>2.806</u>	<u>2.851</u>
	31.12.2020	31.12.2019
Saldo Inicial	2.851	1.078
Custo do serviço	513	228
Juros sobre a obrigação	200	98
Benefícios pagos no ano (-)	(17)	(16)
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(741)	1.463
Saldo Final	<u>2.806</u>	<u>2.851</u>
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(741)	1.463
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda	252	(498)
Efeito no patrimônio líquido	<u>(489)</u>	<u>965</u>

#### Análise de sensibilidade do passivo atuarial

<u>Efeitos</u>	31.12.2020	31.12.2019
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	3.284	3.334
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	2.417	2.451
Tábua de mortalidade -10%	3.033	3.028
Tábua de mortalidade +10%	2.622	2.697
Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	3.552	3.910
Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	1.761	2.108

## 24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Nível de hierarquia	31.12.2020		31.12.2019	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativo:</b>					
Caixa e saldo em bancos	-	223	223	272	272
		<u>223</u>	<u>223</u>	<u>272</u>	<u>272</u>
Mensurados pelo custo amortizado:					
Contas a receber	2	11.573	11.573	13.070	13.070
		<u>11.573</u>	<u>11.573</u>	<u>13.070</u>	<u>13.070</u>
Valor justo por meio do resultado:					
Fundos de investimentos	2	112.454	112.454	95.509	95.509
		<u>112.454</u>	<u>112.454</u>	<u>95.509</u>	<u>95.509</u>
<b>Passivo:</b>					
Mensurados pelo custo amortizado:					
Empréstimos e financiamentos	2	18.677	18.677	17.782	17.789
Debêntures	2	55.999	59.972	58.486	61.831
Fornecedores	2	6.811	6.811	5.372	5.372
Dividendos a pagar	2	5.701	5.701	1.478	1.478
Obrigações com poder concedente	2	29.232	33.395	22.133	26.411
		<u>116.420</u>	<u>124.556</u>	<u>105.251</u>	<u>112.881</u>

Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados.

b) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

#### b.1) Risco cambial e análise de sensibilidade

As transações atreladas às moedas estrangeiras, dólar norte-americano e o euro, encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com valorização em relação ao Real de 40,78% em relação a 31 de dezembro de 2019.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos, portanto sem fins especulativos.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

##### Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

No quadro a seguir foram considerados cinco cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	€	6,38	17.274	-	4.319	8.637	(4.319)	(8.637)
Dívida líquida			17.274	-	4.319	8.637	(4.319)	(8.637)

(\*) O valor apresentado refere-se ao montante nominal dos contratos vigentes.

#### b.2) Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com poder concedente está exposta ao risco de flutuação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

### Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 das operações de dívidas referenciadas em CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para os passivos atrelados ao IPCA e IGP-M. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	1,90%	112.454	2.137	2.671	3.205	1.602	1.068
Passivos financeiros:								
Debêntures	IPCA	4,52%	55.999	2.531	3.164	3.797	1.898	1.266
Obrigações com poder concedente	IGP-M	23,14%	29.232	6.764	8.455	10.146	5.073	3.382
Dívida líquida			(27.223)	7.158	8.948	10.738	5.369	3.580

#### c) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para perdas de créditos esperadas, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$394, representando 3,29% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2019, essa provisão era de R\$427, equivalente a 3,16%.

Também a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	31.12.2020	31.12.2019
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	112.677	95.781
Contas a receber	11.573	13.070
Total	124.250	108.851

#### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Saldo contábil 31.12.2020	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	18.677	19.987	6.259	11.245	2.483	-
Debêntures	55.999	86.290	7.718	15.576	15.727	47.269
Fornecedores	6.811	6.811	6.811	-	-	-
Dividendos a pagar	5.701	5.701	5.701	-	-	-
Obrigações com poder concedente	29.232	38.753	3.040	6.079	6.079	23.555
<b>Total</b>	<b>116.420</b>	<b>157.542</b>	<b>29.529</b>	<b>32.900</b>	<b>24.289</b>	<b>70.824</b>

#### e) Gestão de capital

A política da Administração do Grupo Santos Brasil é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital e o nível de dividendos para acionistas, procurando manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito de custo médio ponderado de capital (WACC).

A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está apresentada a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Total dos passivos circulante e não circulante	125.610	118.188
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(112.677)	(95.781)
<b>Dívida líquida</b>	<b>12.933</b>	<b>22.407</b>
Total do patrimônio líquido	108.218	93.859
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,11951	0,23873

## 25. EFEITOS NÃO CAIXA

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Aumento do intangível das obrigações com poder concedente	(8.322)	(8.901)
Aumento do imobilizado do arrendamento mercantil	-	(7.006)
Transações das atividades de investimentos	<u>(8.322)</u>	<u>(15.907)</u>

## 26. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	<u>Coberturas</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>
Seguro de Operador Portuário - SOP:			Julho/2021
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	7.600	US\$	
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2021
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2021
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	

## 27. RISCO SACADO

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com alguns fornecedores a operação de antecipação de recebíveis. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação, e a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. A Companhia tinha em aberto, na rubrica “Fornecedores”, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$1.281.

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente

Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro

Ricardo dos Santos Buteri - Diretor Comercial

Roberto Teller - Diretor de Operações

Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0-S-PA

Contador